

A UNIVERSIDADE NUMA ENCRUZILHADA

Cristovam Buarque



Ministério
da Educação



I. A UNIVERSIDADE GLOBAL

Cristovam Buarque*

Ao longo de seus quase três mil anos de história, a Universidade representou:

- um estoque de conhecimentos que o graduado adquiria para durar por toda a vida. Hoje, esse conhecimento está em fluxo contínuo, e tem de ser constantemente atualizado pelo ex-aluno;
- o conhecimento como propriedade específica dos alunos em salas de aula ou bibliotecas, transmitido por professores ou por livros. Hoje, o conhecimento é algo que está no ar, alcançando pessoas de todos os tipos, por toda parte, pelos canais os mais diversos. A universidade é apenas um desses canais, lado a lado com a internet, a televisão educativa, revistas especializadas, empresas, laboratórios e instituições privadas;
- o conhecimento como um passaporte seguro para o sucesso do aluno já formado. Hoje, isso já não basta, em razão da alta competitividade do mercado profissional, que exige atualização constante, reciclagem e reformulação, para que o conhecimento adquirido não se torne obsoleto; e
- o conhecimento como algo que servia a todos, porque, ao aumentar o número de profissionais, o produto da universidade se difundia. No mundo de hoje, o conhecimento de um profissional recém-formado serve, basicamente, aos desejos e interesses daqueles que podem pagar por seus serviços, fazendo uso de equipamentos caros, que não permitem a distribuição do conhecimento.

Não ocorreram grandes mudanças estruturais na universidade, nos últimos mil anos. O papel da universidade pouco mudou. No entanto, a realidade da situação social do mundo, bem como os avanços dinâmicos em termos de informação, conhecimento e novas técnicas de comunicação e educação evidenciam a necessidade de uma revolução no conceito de universidade.

1. A ESPERANÇA NA UNIVERSIDADE

O mundo, em inícios do século XXI, passou por uma imensa desarticulação ideológica, que incluiu uma enorme dissociação política e uma desigualdade social maciça. Frente a essas transformações radicais, a universidade ainda representa patrimônio intelectual, independência política e crítica social. Graças a essas características, a universidade é a instituição mais bem preparada para reorientar o futuro da humanidade.

* Ministro da Educação do Brasil. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5, UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003.

As últimas décadas do século XX causaram grande desorientação:

- a economia, que foi o orgulho do século XX, entrou em desaceleração;
- essa economia, que, a princípio, aumentou o número dos que se beneficiavam do progresso, passou a ser instrumento da mais brutal desigualdade entre os seres humanos já vista na história;
- os partidos políticos, quer de direita quer de esquerda, deixaram de gerar esperança;
- a democracia, que havia sido criada para os estados-cidade, tendo resistido por mil anos, passou a se mostrar saturada e incompetente. Isso se deu num tempo em que um presidente eleito em um país, pequeno ou grande, tem poder sobre todo o planeta e sobre os séculos futuros, em termos das decisões tomadas por ele;
- as religiões, que sempre foram guardiãs da cultura, sentem-se agora incapazes de frear o avanço brutal do individualismo;
- as empresas, que antes criavam empregos, passaram a destruir empregos;
- a ciência e a tecnologia, que foram o orgulho da humanidade durante trezentos anos, chegaram ao século XXI tendo a imoralidade como uma de suas opções, uma vez que elas agora são capazes de manipular a vida e de destruir o planeta. Isso se aplica, sobretudo, ao fato de a ciência e a tecnologia serem usadas em benefício de uma minoria e, se continuarmos nesse rumo, não tardará para que a maioria, que deixará de ser vista como parte da humanidade, seja de todo excluída; e
- as ideologias se enfraqueceram. É agora evidente que o socialismo foi incapaz de construir utopias, de assegurar a liberdade e de proteger o planeta. O capitalismo exibe a desumanidade que lhe é inerente diante das exigências de equilíbrio ecológico e de respeito pelo bem comum de todos os seres humanos.

Resta pouca esperança de que um novo sistema global de idéias venha a ser criado para renovar a crença na utopia de um mundo em que o sonho humano de progresso tecnológico se alie à liberdade e à igualdade. Essa crença implicava confiança nos políticos, nos líderes religiosos e nos juízes, de quem se esperava a invenção de meios para a criação de coalizões entre os seres humanos. No entanto, se examinarmos as instituições que sobreviveram ao longo desses últimos mil anos, podemos ainda nos permitir ter esperanças, se voltarmos nosso olhar para a universidade.

Para que a universidade seja um instrumento de esperança, entretanto, é necessário que ela recupere esperança nela própria. Isso significa compreender as dificuldades e as limitações da universidade, bem como formular uma nova proposta, novas estruturas e novos métodos de trabalho. Lutar pela defesa da universidade significa lutar pela transformação da universidade.

2. A HORA CERTA É AGORA

De todas as realizações brasileiras da última metade do século XX, talvez a maior seja a fundação de sua universidade, em especial da universidade pública federal. Essa inovação foi, no mínimo, tão importante quanto a industrialização, o sistema de telecomunicações, a rede de transportes e a infra-estrutura energética. A universidade é um símbolo da nação brasileira e da força do povo brasileiro.

De início, nas primeiras décadas de seu desenvolvimento, a universidade foi produto do apoio estatal. Ao longo das últimas décadas, contudo, sua sobrevivência e seu crescimento foram o resultado da resistência da comunidade universitária, no contexto de um país que enfrentava enormes dificuldades. Com o fim do protecionismo estatal, as estradas se esburacaram, a energia foi racionada e o crescimento industrial estancou, causando a falência de empresas. No entanto, os professores, alunos e funcionários das universidades continuaram a crescer, abrindo cursos, ampliando vagas, pesquisando, formando, publicando e inventando. O universitário brasileiro de fins do século XX foi, simultaneamente, um intelectual criador e um militante da sobrevivência em meio ao desânimo.

Por essa razão, é possível ser otimista diante do futuro.

O século XXI chegou, e já existe uma massa crítica consolidada, pronta a seguir adiante, embora depredada e desanimada; disposta a lutar, apesar da baixa auto-estima; pronta a enfrentar situações de emergência, mesmo sabendo que a crise é mais profunda, atingindo o propósito, a estrutura, os métodos operacionais e o financiamento da atividade universitária. E o que é mais importante, chegamos ao início do século XXI com um governo comprometido com a educação, ainda que sem recursos suficientes para atender a toda a demanda. Sobretudo, estamos vivendo um momento único na história, quando a sociedade brasileira parece ter despertado para a importância da educação, mesmo que não confiando no papel da universidade, que o povo vê como uma entidade de acadêmicos aristocráticos em meio ao mar do baixo nível educacional da população.

Tudo indica que, apesar de todas as dificuldades, ou graças a elas, a hora certa é agora.

3. A ENCRUZILHADA DA UNIVERSIDADE

A crise da universidade brasileira coincide com a crise global da instituição universitária. A humanidade encontra-se numa encruzilhada, preparando-se para escolher entre:

- a continuação de sua modernidade técnica, desenvolvida ao longo de duzentos

anos, que culminou com a brutal divisão da humanidade em dois grupos dessemelhantes em termos do acesso à ciência e à tecnologia. Essa divisão diferencia os seres humanos não apenas em termos desse acesso, mas até mesmo de suas características biológicas; ou

- a construção de uma modernidade ética alternativa, capaz de manter as similaridades da raça humana e de assegurar a todos o essencial do progresso científico e tecnológico.

Essa escolha terá de ser feita também pela universidade. Diante da encruzilhada de um mundo em mutação, a universidade terá de escolher entre:

- o conhecimento, que antes representava capital acumulado, passa a ser algo que flutua e que é permanentemente renovado ou ultrapassado por obsolescência;

- o ensino, que antes se dava por meio de canais bilaterais diretos, entre aluno e professor, e em locais definidos, como a universidade, agora acontece por outros métodos reconhecidos, como um espraiamento em todas as direções, em meio ao oceano das comunicações;

- a formação profissional, que antes representava uma base firme na luta pelo sucesso, é agora, na melhor das hipóteses, um colete salva-vidas a ser usado no conturbado mar em que se chocam as ondas do neoliberalismo, da revolução científico-tecnológica e da globalização.

Neste momento de encruzilhada, a esperança está na universidade. É necessário que ela se transforme e reinvente a si própria, para servir a um projeto alternativo de civilização. Quase oito séculos e meio se passaram desde a criação da universidade e, hoje, ela se encontra bem no meio da encruzilhada civilizatória que irá definir os rumos do futuro. A escolha será entre uma modernidade técnica, cuja eficiência independe da ética, ou uma modernidade ética, na qual o conhecimento técnico estará subordinado aos valores éticos, dos quais um dos principais é a manutenção da semelhança entre os seres humanos.

A universidade tem de entrar em sintonia com esse novo rumo, corrigindo o descompasso gerado por essa turbulenta virada de século.

4. A CRISE DE RECURSOS E OS RECURSOS DA CRISE

Não há dúvida de que a universidade foi duramente maltratada pelo neoliberalismo das últimas décadas. O Brasil é um exemplo trágico dessa realidade. Durante esse período, as universidades públicas brasileiras perderam poder, recursos financeiros e professores, não tendo crescido o suficiente para atender à demanda por vagas. Em 1980, havia 305.099 alunos matriculados e, em 2001, 502.960. O crescimento das universidades particulares, por outro lado, foi espantoso: em

1981, o número de alunos matriculados era de 850.982, número esse que passou a ser de 2.091.529, em 2001, representando um aumento de mais de 56%.

Em 1980, havia, nas instituições públicas, 51.765 professores e, em 2001, esse número foi de 51.765. Nas universidades particulares, entretanto, o número de professores, nesse mesmo período, aumentou de 49.541 para 128.997. Se compararmos o crescimento desses dois sistemas, veremos que enquanto o sistema privado cresceu 62%, o público teve um aumento de apenas 19%.

A falta de recursos é um indicador de crise nas universidades, e o Brasil não é um caso isolado. Muitas regiões do mundo assistiram a uma mudança no tratamento dado às universidades. A universidade pública passou de protegida a abandonada. Verificou-se uma tremenda expansão das universidades particulares, financiada por recursos privados e por recursos públicos indiretos. É freqüente que esses financiamentos estejam claramente vinculados a interesses econômicos, e não à liberdade de espírito que cabe à universidade promover.

No entanto, em vez de perceber a crise em toda a sua profundidade, as universidades, em sua maioria, vêm-se convertendo em prisioneiras de suas necessidades imediatas. Elas tratam da crise como se conserta goteiras no telhado, sem perceber que o céu está desabando. A universidade tem de transformar sua crise de recursos num recurso para entender a crise maior do conhecimento humano e de sua relação com o destino da humanidade.

As dimensões da crise têm de ser entendidas a partir da realidade histórica de como a universidade nasceu, enfrentou crises anteriores e, mais uma vez, será capaz de se transformar.

5. A PERDA DE SINTONIA

Esta não é a primeira vez que a universidade se vê confrontada com a necessidade de mudar, mas nunca ela precisou mudar tanto quanto agora. Tampouco é a primeira vez que a universidade parece não se dar conta de sua própria crise, mas também não será a primeira vez ela que irá superar suas dificuldades e se reorganizar para servir à humanidade.

A universidade brasileira é um local privilegiado para a compreensão da crise universitária do mundo de hoje. O Brasil é diferente dos países ricos, que não sofrem as mesmas dificuldades financeiras, nem estão rodeados tão proximamente pela exclusão social. O Brasil difere também dos países pobres, onde o importante são as condições de sobrevivência, e a universidade também é parte da pobreza.

O Brasil é um país intermediário, em que uma riqueza semelhante à das melhores universidades do mundo convive com uma pobreza próxima à dos mais pobres. O Brasil não é nem a Europa nem a África, é um pouco de cada um desses dois continentes. O Brasil é um retrato do planeta e da civilização contemporânea, e o melhor indicador do rumo tomado pelo mundo e também do rumo que o mundo pode vir a tomar.

No Brasil, temos a sorte de ter todas as crises, mas também de contar com a força que vem da adversidade. Temos todos os tipos de tragédias, mas também todos os recursos para superá-las. Acima de tudo, temos a urgência que vem de saber que ou encontramos saídas ou iremos naufragar. É por essa razão que a universidade brasileira, juntamente com todas as outras universidades do mundo, tem de despertar para uma crise que vai além da crise financeira, consistindo numa crise de propósitos muito mais ampla, num mundo em rápida transformação.

A universidade, neste início do século XXI, deixou de ser a vanguarda do conhecimento, tendo perdido também a capacidade de assegurar um futuro exitoso a seus alunos. Ela deixou de ser um centro de disseminação do conhecimento, e não é mais usada como instrumento na construção de uma humanidade coesa. A universidade flutua em meio às correntes da globalização, e corre o risco de um naufrágio ético, caso aceite a imoralidade de uma sociedade cindida.

Quase oitocentos anos depois de sua criação, as universidades precisam entender que mudanças têm de acontecer em cinco grandes eixos:

- a) voltar a ser a vanguarda crítica da produção do conhecimento;
- b) firmar-se, novamente, como capazes de assegurar o futuro de seus alunos;
- c) recuperar o papel de principal centro de distribuição do conhecimento;
- d) assumir compromisso e responsabilidade ética para com o futuro de uma humanidade sem exclusão; e
- e) reconhecer que a universidade não é uma instituição isolada, mas que ela faz parte de uma rede mundial.

O conhecimento murado: mosteiros e universidades

A universidade nasceu, há oito séculos e meio, porque os mosteiros medievais perderam a sintonia com o ritmo e o tipo de conhecimento que vinha surgindo no mundo ao seu redor. Por serem murados, esses mosteiros não foram capazes de atrair esse mundo externo para dentro de suas preocupações e de seus métodos de trabalho. Prisioneiros de dogmas, defensores da fé, intérpretes de textos, os mosteiros foram insensíveis à necessidade de incorporar os saltos do pensamento da época. Muitas vezes, eles preferiram retornar ao pensamento clássico grego, que havia sido interrompido alguns séculos antes.

As universidades surgiram como um espaço para o novo pensamento livre e vanguardeiro de seu tempo, capaz de atrair e promover jovens que desejavam se dedicar às atividades do espírito num padrão diferente da espiritualidade religiosa.

Ao longo dos séculos seguintes, a universidade floresceu como um verdadeiro centro de geração de alto conhecimento, nas sociedades. Mas, para tal, ela teve de se reciclar, mudar e se adaptar, em diversos momentos, à realidade a seu redor.

Em fins do século XIX, os centros de pesquisa para inventores funcionavam independentemente das universidades, sendo inclusive menosprezados por professores e estudantes universitários. Ford, Bell e Edison não foram universitários. Além disso, as universidades não reconheciam o trabalho dessas pessoas como possuindo nobreza intelectual. As universidades perderam ritmo e se atrasaram, enquanto o conhecimento técnico avançava indiferente a elas.

Em inícios do século XX, contudo, as universidades tiveram a sabedoria de perceber que estavam se transformando em mosteiros modernos. Em vez de monges, havia estudantes universitários. No lugar dos dogmas, o debate restrito às disciplinas clássicas tradicionais. No lugar da participação no mundo do consumo de massa, o esnobismo aristocrático do saber bacharelesco. Não tardou para que as universidades se reciclassem, trazendo para dentro de si áreas do conhecimento técnico, como a engenharia e as ciências aplicadas. Já em meados do século, a universidade estava tão transformada que os campos tecnológicos eram agora dominantes em relação aos campos tradicionais da filosofia, das artes e da literatura. Os estudos clássicos, que por tantos séculos foram o cerne do saber universitário, viram-se relegados a departamentos muitas vezes menosprezados e tratados como reservas biológicas de conceitos e interesses pré-históricos. Os estudos clássicos tornaram-se coisa do passado.

O começo do século XXI mostra que essa primazia do conhecimento tecnológico, mais uma vez, volta a cercear o conhecimento de nível superior, impedindo os livres saltos do espírito humano em direção a um futuro libertário, rico em termos estéticos e éticos, eficiente em termos epistemológicos, abrangente em termos de comunicação de massa, socialmente legítimo e universal em seu alcance.

O conhecimento universitário, mais uma vez, se vê murado e defasado, perdendo sintonia com o conhecimento e as demandas da realidade social externa a esses muros. A universidade sofre hoje do mesmo problema que afligiu os mosteiros há mil anos, e ela própria, há um século.

As perdas de sintonia

a) Com o avanço do conhecimento – perda de eficiência epistemológica.

A primeira perda de sintonia, na universidade ocorre na velocidade com que o conhecimento avança no mundo atual. Até tempos recentes, o conhecimento universitário atravessava gerações sem grandes modificações. O conhecimento médico e as teorias científicas progrediam tão lentamente, que um aluno formado numa universidade poderia carregar pelo resto da vida, sem qualquer perda de eficiência, os instrumentos de saber lá adquiridos. Um diploma tinha a validade de pelo menos o tempo de uma vida profissional e, muitas vezes, uma validade ainda mais longa.

Essa situação mudou radicalmente.

A velocidade atual do avanço do conhecimento não permite que um ex-aluno permaneça preparado, a não ser que ele se atualize constantemente. Nenhum profissional continua fazendo pleno jus a seu diploma, depois de cinco anos de formado. Em alguns casos, essa desatualização ocorre até mesmo ao longo do curso, quando muito do que foi aprendido rapidamente se torna obsoleto, sendo substituído por novas teorias, novas informações, novos conhecimentos.

O saber avança rapidamente não apenas dentro dos campos específicos, e novos campos surgem a cada dia.

A universidade vem-se esforçando por incorporar essas transformações, mas sem sucesso. A estrutura dos cursos, a duração dos doutorados e as limitações dos departamentos vêm impedindo que o conhecimento, dentro da universidade, avance tão rapidamente quanto fora dela.

Isso faz com que muitos procurem produzir conhecimento fora dela, para surpresa de todos os que se lembram da força que a universidade tinha, até pouco tempo atrás. No passado, poucos eram os professores ou pesquisadores que trabalhavam fora dos muros da universidade. Era impossível para um jovem criar saber de ponta sem a orientação de um professor universitário. Isso mudou, em décadas recentes. Diversos campos do conhecimento se desenvolveram fora das universidades: em centros de pesquisa públicos que se distanciam e até evitam contato com a universidade, dentro de empresas que mantêm seus próprios centros de pesquisa e em instituições de ensino superior que se autodenominam "universidades corporativas", como forma de indicar que elas oferecem ensino superior sem ensinar o mesmo que as universidades tradicionais.

Essas parauniversidades existem porque as universidades tradicionais fracassaram no cumprimento de seu papel, atrasando-se em termos da geração de conheci-

mento e perdendo a sintonia com os tipos e a qualidade dos temas desenvolvidos ou ensinados. Se as universidades não reconhecerem essa situação e alterarem seu rumo, elas deixarão de ter utilidade. Foi o que aconteceu com os mosteiros, há um milênio.

A crise de recursos deve-se, em parte, à indiferença dos governos, e tem muito a ver com a perda de sintonia da universidade. O inverso também é verdadeiro, entretanto. Se as universidades continuassem, de forma clara, a cumprir seu papel de vanguarda de todas as formas de conhecimento, essas parauniversidades não estariam surgindo e proliferando tão rapidamente quanto hoje acontece, e o Estado não teria retirado apoio às universidades públicas.

b) Com a disseminação do conhecimento – perda de abrangência na comunicação de massas.

Quando a América foi descoberta, as universidades tiveram décadas para desenvolver e ensinar os novos mapas do mundo. Hoje, quando qualquer fenômeno novo é criado ou descoberto, todos tomam conhecimento dele quase que simultaneamente. No mundo atual, os mapas são criados no minuto em que a geografia se altera. Isso faz com que a universidade se defase em termos da disseminação do conhecimento.

O jovem atento que navega na internet, assiste a programas especiais na televisão e freqüenta grupos de chat especializados pode tomar conhecimento de certo tipo de informações antes mesmo que seus professores.

O conhecimento tornou-se urgente e simultâneo: urgente devido à velocidade de sua criação e simultâneo devido à rapidez de sua divulgação. O mundo inteiro se converteu em uma grande escola para aqueles que estão atentos e que se comportam como eternos alunos.

Na universidade pré-socrática, o professor era o tutor praticamente individual de um pequeno grupo de alunos. Mesmo quando gregos, romanos e bizantinos se reuniam numa sala de debates, o número de alunos era reduzido, restrito ao alcance da voz alta do professor, sem qualquer outro suporte. Séculos mais tarde, o uso do quadro-negro provocou uma revolução, permitindo, pela primeira vez, o uso de recursos visuais e ampliando o número de alunos. Mesmo com essa inovação, o aluno, para aprender, tinha de comparecer às aulas, estar presente, olhar nos olhos do mestre e ver os desenhos e palavras usados por ele. O uso do microfone ampliou ligeiramente o número de alunos, mas o ensino continuou a se dar em sala de aula, em prédios destinados especificamente às universidades.

Em tempos bem mais recentes, surgiram os recursos modernos da mídia eletrônica, permitindo o ensino a distância. Quase todas as formas de conheci-

mento, principalmente para adultos universitários, podem hoje ser ensinadas sem a presença física de um professor. A sala de aula deixou de ser um espaço quadrado, cercado de paredes. Ela é aberta e tem uma dimensão einsteiniana: seu tempo e seu espaço se misturam, o aluno podendo estar em qualquer lugar e o professor, em qualquer outro, sintonizados simultaneamente ou em tempos diferentes.

Algumas universidades vêm-se esforçando para incorporar essa nova realidade, embora ainda não tenham conseguido entender ou aceitar a realidade de que os muros de cada campus cercam o mundo inteiro. As universidades ainda não deram um salto compatível com a realidade técnica de hoje, capaz de demolir os muros da universidade e conectá-la on-line para, em tempo real, distribuir os conhecimentos para o mundo inteiro.

c) Com a eficiência do diploma – a perda de promoção social

Não faz muito tempo, as universidades tinham o papel de funcionar como promotoras de seus alunos. O diploma era um passaporte seguro para o futuro de qualquer jovem. A situação mudou.

Nas duas últimas décadas, o diploma universitário, apesar de continuar sendo útil, deixou de ser um passaporte seguro para o sucesso. Milhões de jovens graduados, em todo o mundo, não encontram emprego, ou porque há um excesso de profissionais ou devido à rápida obsolescência do que eles aprenderam.

A universidade, contudo, não assumiu de forma plena essa realidade: ela critica o mercado, em vez de entender que ele é decorrência da realidade e exige novos campos de conhecimento e novos conhecimentos dentro dos campos antigos e, sobretudo, exige rapidez na formação e na reciclagem dos alunos.

A universidade de hoje vive a mesma crise do início do século XX, quando ela se recusava a entender que a realidade exigia profissionais graduados nas áreas tecnológicas, mais que nas áreas bacharelescas.

d) Com os excluídos – perda do papel de construtora de utopia.

No decorrer do século XIX, os centros brasileiros de ensino superior coexistiram com o regime escravocrata, e eram poucas as demonstrações de insatisfação ou de protesto, e mais rara ainda a luta pela abolição. Grande parte da comunidade universitária assistiu com naturalidade ao absurdo da escravidão, usando seus conhecimentos de direito, economia e engenharia para manter o sistema funcionando de forma eficiente.

No século XX, a universidade brasileira permanece impassível e colabora para tornar o Brasil um país dividido entre os que se beneficiam dos produtos da

modernidade e os que são excluídos desses benefícios. Hoje, a universidade se comporta diante da pobreza de forma tão alienada quanto o fez, no século XIX, com relação à escravatura.

A universidade brasileira é um retrato da universidade mundial. Da mesma forma que a universidade brasileira se aliena frente à pobreza que a cerca, a universidade europeia se aliena diante da tragédia global.

No século XXI, o século da globalização, a universidade convive com a tragédia de uma humanidade cindida em duas. De um lado, estão os incluídos nos benefícios técnicos do mundo moderno e, de outro, os excluídos. A cortina de ferro foi derrubada e o mundo passou a ser dividido por uma cortina de ouro, erigida, em parte, graças ao saber universitário que beneficia apenas um dos lados. O ritmo atual da evolução do projeto civilizatório deixará a humanidade cindida em duas partes, e não tardará muito, apenas algumas décadas, para que essas partes se diferenciem tanto, a ponto de não mais se sentirem relacionadas, e isso graças ao trabalho daqueles que passaram por nossas universidades. O direito defende uma parte, a economia beneficia uma outra parte e a biologia pode ser usada para criar os instrumentos que poderão provocar mudanças induzidas nos seres humanos, beneficiando apenas uma parte da raça humana e destruindo as características comuns ainda existentes.

A universidade ocupa-se agora do conhecimento técnico, tendo deixado para trás a ética, e pode ser usada como um dos instrumentos para a construção de uma divisão global.

Até tempos recentes, as universidades formavam profissionais que, direta ou indiretamente, promoviam o crescimento econômico e o aumento do bem-estar social, além de serem instrumentos de distribuição da renda e dos benefícios sociais.

A partir da década de 90, o modelo civilizatório excludente fez com que os profissionais formados pelas universidades passassem a servir quase que exclusivamente a um dos lados da sociedade: o lado dos incluídos nos benefícios sociais. A sociedade passou a se dividir internacionalmente, e dois setores passaram a se distinguir claramente em todos os países do mundo. Um dos setores é formado pelos incluídos nos bens e serviços oferecidos pelos avanços tecnológicos modernos e o outro, pelos excluídos.

O produto dos avanços científicos e tecnológicos das universidades foi posto a serviço das minorias privilegiadas também em outras áreas. O uso e o consumo desses conhecimentos também ficou restrito às elites minoritárias. As universidades passaram a servir a uma parte específica da sociedade, ignorando a outra.

Os cursos oferecidos nas universidades pouco têm a ver com os interesses das grandes massas. Os cursos de Economia buscam maneiras de aumentar a riqueza e, em raros casos, estudam a superação da pobreza. Os cursos de Medicina estão mais interessados em não deixar que os ricos morram ou envelheçam do que em evitar a mortalidade infantil. Os arquitetos se preocupam em construir mansões e edifícios para os ricos, e quase nunca pensam em soluções para os problemas habitacionais dos pobres. Os cursos de Nutrição dão mais ênfase a emagrecer os ricos do que a engordar os pobres.

Todos os campos da educação superior ignoram a grande massa da população, tanto por omissão quanto pela ação. A sociedade optou pela exclusão.

Essa situação não diz respeito apenas ao produto do conhecimento, podendo ser vista também nas lutas em que a universidade se empenha. Na década de 60, a universidade era uma instituição revolucionária, que buscava mudar a sociedade e construir justiça. Hoje, os universitários lutam basicamente por seus próprios interesses: mais verbas para as universidades públicas, mensalidades menores para as universidades particulares e isenção de impostos para os ex-alunos.

Esta não é a primeira vez, na história brasileira, que os cursos universitários demonstram estar alienados em relação aos pobres. É triste reconhecer que foi mínima ou nenhuma a contribuição das universidades do século XIX para a abolição da escravatura. No Brasil, a abolição foi resultado dos esforços de políticos, poetas, jornalistas e até mesmo da nobreza, mas foram raros os movimentos abolicionistas nas escolas de Direito, Medicina ou Engenharia da época.

Isso mudou no século XX, com a promessa social de que a riqueza poderia beneficiar a todos, e que o crescimento de seu produto se distribuiria, aumentando o número dos empregos. A luta utópica por uma sociedade rica ingressou na agenda das universidades, que então lutavam pela riqueza de todos. A universidade tornou-se revolucionária.

A realidade do final do século XX e do início do século XXI resultou bem diferente. Os limites ecológicos ao crescimento, as características desempregadoras da tecnologia e a tipologia dos produtos valorizados pela sociedade moderna mostraram que apenas uma pequena parcela da população será beneficiada pelo crescimento econômico, e a universidade retornou à alienação do século XIX, tratando os pobres de hoje como tratava os escravos de antes.

Mesmo quando afirma assumir os problema dos excluídos, a universidade, muitas vezes, apenas finge. Os exames vestibulares favorecem os incluídos, os ricos e a classe média, mesmo os que não têm condições acadêmicas suficientes, cujo

acesso é facilitado por meio do aumento de vagas e de cotas para "minorias". Os excluídos não têm acesso aos cursos preparatórios e não passam nos exames de seleção. A universidade não pensa em reformar a estrutura e o conteúdo de seus cursos, de forma a beneficiar os excluídos, que nela não ingressarão por falta de condições econômicas, defendendo apenas as reformas que beneficiam os que concluíram o ensino médio, mas que não conseguem ser aprovados nos exames vestibulares, em lugar de comprometer a universidade com a melhoria do ensino na escola fundamental.

É como se a universidade tivesse tomado o claro partido de um dos lados da sociedade, pensando apenas nos excluídos que estão convenientemente próximos a ela, que nunca são os verdadeiros excluídos. É como se beneficiar, a título simbólico, uns poucos representantes dos excluídos, incluindo-os no mundo universitário, bastasse para desonerar a universidade do compromisso de lutar pela verdadeira abolição da exclusão.

Essa realidade sufoca a universidade. Os universitários a negam, por vergonha, ou demonstram desconforto sem nada fazer para mudar a situação. É por essa razão que a universidade tem de recuperar a sintonia ética com os verdadeiros interesses da população.

e) Com o mundo – não-incorporação na globalização

Na Europa, a universidade foi uma das primeiras instituições globais. Seus profissionais viajavam e trocavam informações. Desde seus primórdios até o presente, as universidades européias constituíram uma das mais formidáveis redes de conexões internacionais, embora, atualmente, elas não estejam conseguindo atuar da mesma forma diante da realidade do mundo globalizado. Os diplomas universitários são protegidos nacionalmente, os professores pertencem a universidades específicas e suas bibliotecas são mais integradas que os conhecimentos por elas divulgados, uma vez que são automaticamente interconectadas pela tecnologia que empregam, que, muitas vezes, passa por cima dos processos decisórios e, em alguns casos, da própria vontade de seus dirigentes.

É comum que os professores confundam viagens com integração, quando, na realidade, a universidade do século XXI terá de ser totalmente integrada em bases universais.

A universidade do século XXI não conseguiu entender como ser global sem perder a própria nacionalidade. Elas sentem-se divididas entre se abrir por completo, negando sua singularidade nacional, e se defender das interferências externas a ponto de negar a realidade atual do saber global.

6. A REFUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Mais de oito séculos após sua fundação, a universidade se encontra em meio a uma revolução tecnológica, num mundo dividido, precisando agora fazer sua própria revolução. Pelo menos sete vetores deverão nortear essa revolução:

a) Universidade Dinâmica

A universidade não pode mais encarar o conhecimento de forma estática, como se o saber tivesse longa duração, compatível com o horizonte de vida de seus professores. Hoje, o conhecimento começa a mudar no instante em que é criado, e a universidade tem de incorporar essa dimensão no papel desempenhado por ela.

Para tal:

- *o diploma deve ter prazo de validade*

A Universidade do século XXI não pode se responsabilizar pelos conhecimentos de um ex-aluno formado há alguns anos. É por essa razão que um diploma universitário deve implicar a exigência de reciclagem do conhecimento ao longo de toda a vida profissional;

- *a universidade deve ser permanente*

Na verdade, a universidade deve extinguir o conceito de ex-aluno. O estudante já formado deve manter um vínculo permanente com sua universidade, conectando-se com ela on-line e recebendo conhecimentos ao longo de toda a sua vida profissional, de forma a evitar a obsolescência;

- *os doutorados devem ser atualizados*

Todos os diplomas devem ser atualizados, e não apenas os de graduação. O que acontece hoje é que os alunos de doutoramento concluem suas teses e carregam pelo resto da vida um título que demonstra apenas que um trabalho de mérito foi realizado no passado. Possuir um doutorado é como ostentar uma medalha por feitos heróicos numa guerra, pouco servindo como prova de conhecimento em áreas que mudam a cada instante;

- *os professores devem ser submetidos a concursos periódicos*

Se os diplomas de graduação e de pós-graduação necessitam de revalidação, os professores não podem manter seus cargos com base em concursos antigos. A coerência exige que os professores universitários prestem novos concursos, em prazos que permitam demonstrar a atualidade de seu conhecimento;

- *flexibilidade no tempo de duração dos cursos*

Se, por um lado, um aluno não deve jamais chegar ao término definitivo de seu curso, por outro, é impossível definir, em termos de um período fixo, o tempo necessário para a obtenção dos conhecimentos básicos para a prática de uma

profissão. As universidades do século XXI não podem mais fixar a duração dos cursos. Os alunos poderão se submeter a concursos que determinem sua habilitação para a prática da profissão, de acordo com sua própria capacidade e com o tempo que lhes seja necessário. Com o uso dos novos métodos de ensino e de pesquisa, o tempo exigido para a formação pode variar muito, de acordo com a capacidade de cada aluno. Graças aos novos métodos pedagógicos e aos equipamentos de comunicação e informática, a formação de um profissional tem de levar menos tempo do que levava há algumas décadas.

Alguns alunos vão mais rápido, outros, mais devagar, mas nenhum deles precisará de todo o tempo que seus pais precisaram. Isso vale ainda mais para os cursos de pós-graduação. Simplesmente não é possível manter-se sintonizado com a velocidade do avanço do conhecimento e, ao mesmo tempo, levar anos para concluir um doutorado. Hoje em dia, muitas teses de doutorado já estão superadas no dia em que são defendidas. São tantas as fontes computadorizadas de informação acessíveis às pesquisas, que não há razão para os cursos de doutorado terem a mesma duração de antes.

A dinâmica atual do avanço do conhecimento significa também que um doutorado excessivamente longo pode significar um doutorado tornado obsoleto pelo trabalho de outros alunos, em outras partes do mundo, ou então, um doutorado sempre inacabado, face à impossível tarefa de manter-se constantemente em sintonia com o que há de mais novo naquela área de conhecimento.

Os estudos de pós-graduação não exigem o mesmo tempo que antes, e tampouco seu produto ganha em qualidade em decorrência direta do tempo dedicado a ele;

- *as referências bibliográficas devem ser indicadas on-line, com a própria elaboração do livro pelos autores*

Hoje em dia, a elaboração de muitos livros demora mais que o desenvolvimento das teorias neles contidas. Uma universidade que se baseie em livros impressos é uma universidade que se atrasa em termos do conhecimento de ponta. Embora a leitura e o estudo dos textos clássicos de cada área devam ser incentivados, o estudo dos textos ainda em desenvolvimento deve acontecer por meio do diálogo permanente entre alunos e autores.

b) Universidade Unificada

A globalização irá eliminar as fronteiras entre as universidades. As universidades não apenas trocarão professores e alunos, como também terão acesso a todos os professores e a todos os alunos. Segundo o Relatório Anual da UNESCO de 1997, a universidade global possui 88,2 milhões de alunos e 7 milhões de professores. Hoje, há milhares de universidades mas, em breve, haverá apenas uma

única, integrada por todos os meios disponíveis à comunicação moderna. Não haverá mais barreiras lingüísticas, graças aos mecanismos de tradução automática já existentes na internet.

Com essa rede mundial, a idéia de limitar um aluno a um curso específico na sua universidade de origem tornou-se antiquada e ineficiente. Cada aluno pode formular seu próprio programa de curso, escolhendo professores e disciplinas em escala global, numa rede que abrange o mundo inteiro.

A universidade tornou-se uma entidade única.

c) Universidade para Todos

A universidade tornou-se uma entidade única, devendo estar aberta a todos. Deixou de haver razão para exigir exames de ingresso, e até mesmo os diplomas de segundo grau não são mais necessários. Se, para os alunos que estão fisicamente presentes no campus, o exame vestibular é uma necessidade imposta pela limitação do espaço físico e pelos custos elevados, os novos métodos de ensino a distância podem alcançar um imenso número de alunos e acompanhar seu desempenho. Os alunos serão excluídos em razão de sua incapacidade de acompanhar o curso, não por sua incapacidade de neles ingressar.

O sistema de ingresso deve mudar também para os alunos que estão fisicamente presentes às aulas. O que um aluno conseguiu decorar na escola secundária não é bastante para garantir que ele será um bom universitário. Os atuais exames não medem a capacidade de um aluno de captar conhecimento ou de navegar pelo conhecimento existente no mundo, transformando as informações recebidas em conhecimento que possa ser usado de novas maneiras e em outros contextos. Por essa razão, é de importância fundamental acompanhar o desempenho dos alunos na escola secundária e formular exames de seleção que sejam capazes de mensurar a capacidade do aluno de buscar e elaborar conhecimento, mais que sua capacidade de assimilar conhecimentos prontos e de responder perguntas com respostas decoradas.

d) Universidade Aberta

A universidade do século XXI não terá muros, nem um campus fisicamente definido. A universidade do século XXI será aberta a todo o planeta. As aulas serão transmitidas pela televisão, pelo rádio e na internet, tornando desnecessário que os alunos estejam presentes no mesmo campus, ou na mesma cidade que o professor. Os professores poderão manter diálogo permanente com seus alunos de todo o mundo.

e) Universidade Tridimensional

A organização da universidade por disciplinas baseadas em categorias de conhecimento é incapaz de responder às exigências das mudanças rápidas no conhecimento e incapaz também de atender às necessidades sociais. O conheci-

mento muda a cada dia, novos campos surgem e outros desaparecem, e a realidade social vem construindo um mundo dividido. As universidades têm que inventar maneiras de se reestruturar, que incluam centros de pesquisa sobre temas atuais, e não apenas os departamentos e os campos de conhecimento tradicionais.

Não há razão para que a universidade não possua os mecanismos para vincular-se intelectualmente à realidade, mediante Núcleos Temáticos multidisciplinares para o estudo da fome, da pobreza, da energia da juventude, do emprego e do meio ambiente.

Esses temas existem na realidade de hoje, mas não encontram lugar nas categorias definidas do conhecimento. A universidade do século XXI tem, também, de ser organizada de forma multidisciplinar.

A universidade dos próximos anos tem de trazer seus alunos de todo o mundo para a prática das atividades estéticas e do debate ético, o que poderia ser feito com a criação de Núcleos Culturais.

Com seus departamentos disciplinares, seus Núcleos Temáticos e seus Núcleos Culturais, a universidade será tridimensional e formará profissionais tridimensionais, especializados numa área do conhecimento, mas, também, comprometidos com o entendimento de um tema da realidade e praticantes de uma ou mais atividades ligadas à dimensão humanista, nas artes ou na reflexão filosófica.

f) Universidade Sistemática

A universidade do futuro vincula-se universalmente a todas as outras universidades, mas terá de se vincular também com todo o sistema de criação do saber. A universidade deverá incorporar as instituições de pesquisa públicas e privadas, bem como todas as organizações não-governamentais ligadas à produção de pesquisas devem fazer parte do sistema universitário.

A universidade será como uma família para todos aqueles que participam da tarefa de fazer avançar e disseminar o conhecimento.

Quase um milênio após sua criação, já é tempo de ela dar o salto necessário para o cumprimento de seu papel dentro da imensa riqueza do mundo do século XXI.

g) Universidade Sustentável

As universidades deverão ser instituições públicas, sejam elas de propriedade pública ou privada. A universidade não pode morrer por falta de recursos públicos, nem pode recusar os recursos privados de quem nela quer investir. As razões para tal são as seguintes:

- a universidade deve ser financiada por recursos públicos a fim de garantir sua permanente sustentabilidade e sua coerência com os interesses sociais, sobretudo nas áreas do conhecimento que não geram retornos econômicos, como a formação de professores de ensino fundamental e o campo das artes e da filosofia;
- a universidade deve ser aberta à possibilidade de receber recursos de setores privados que desejem investir em instituições, sejam elas privadas ou estatais; e
- tanto as instituições privadas quanto as públicas devem ser estruturadas de modo a servir aos interesses públicos, sem torná-las prisioneiras dos interesses corporativos dos alunos, dos professores e dos funcionários. Da mesma maneira, as universidades particulares podem ser privadas em termos de suas instalações físicas, mas sua organização acadêmica tem de ser controlada pela comunidade acadêmica. Os proprietários dessas universidades podem permanecer como detentores do patrimônio físico, mas seus reitores têm de ser escolhidos com base em seus méritos acadêmicos.

II. O CASO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira foi a última a surgir na América Latina e é irônico que ela tenha sido criada para que fosse concedido o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Leopoldo da Bélgica, em visita ao Brasil, no ano de 1922. Não fosse por aquela visita e a ingênua vaidade de um monarca ou o capricho de algum de seus cortesãos, a universidade brasileira talvez tivesse demorado mais 10 ou 20 anos para ser criada¹. Isso serve para demonstrar o obscurantismo e o servilismo da elite brasileira.

Cem anos depois da Independência e trinta e três anos depois da Proclamação da República, o Brasil ainda não possuía uma universidade. E ela só foi criada para atender às conveniências de um rei europeu.

Esse é um pecado original do qual ainda não nos livramos.

Entre 1922 e 1934, a Universidade do Brasil e do Rei Leopoldo, no Rio de Janeiro, foi a única e precária instituição universitária, embora já existissem no país diversos cursos de ensino superior.

A primeira grande universidade brasileira nasceu em 1934, não mais pela vontade de um rei belga, aliado ao servilismo de políticos brasileiros. A Universidade de São Paulo resultou da vontade de intelectuais brasileiros aliados a intelectuais franceses. O Brasil passou a olhar para dentro, e não mais para fora. Os políticos servis foram substituídos por intelectuais acadêmicos, embora a forte dependência do exterior tenha continuado. Embora não mais servis, eles eram, ainda, fortemente influenciados pelo exterior.

Entre 1935 e 1964, a universidade brasileira cresceu, embora lhe faltasse o vigor necessário para o salto de que o país tanto precisava. Durante esse período, o número de alunos passou de 27.501, em 1935, para 282.653, em 1970. O número de professores aumentou de 3.898 para cerca de 49.451, em 1980. Mas, dentre estes, apenas uns poucos possuíam pós-graduação.

Em inícios da década de 60, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira criaram uma nova idéia para a universidade a ser fundada em Brasília, a nova capital do país, experimento esse que foi interrompido pelo golpe militar de 1964.

Em 1964, a universidade brasileira foi paradoxalmente destruída e, ao mesmo tempo, fundada. Destruída pela aposentadoria forçada de centenas de professores, exilados ou expulsos pela ditadura recém-instalada, que pôs fim também à liber-

1. Deve-se lembrar que a atual Universidade Federal do Paraná reivindica ter-se antecipado em dez anos à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas, do ponto de vista do desenvolvimento explícito e da dimensão nacional, foi no Rio de Janeiro, em 1922, graças ao Rei Leopoldo, que surgiu a primeira universidade brasileira.

dade de cátedra. Não foram poucos os alunos que perderam a vida nesse período sombrio. Ao mesmo tempo, ela foi fundada numa estrutura mais moderna e, pela primeira vez, tentou-se criar um sistema universitário nacionalmente integrado. Passou a haver farta disponibilidade de recursos financeiros e apoio à construção de novos prédios e compra de equipamentos. E, o mais importante, iniciou-se então a concessão maciça de bolsas de estudos no exterior, para onde jovens brasileiros foram enviados para cursarem seus doutorados e mestrados em universidades estrangeiras.

Essas transformações consolidaram-se em 1968, e foram tornadas possíveis pela reforma empreendida pelos militares, com o apoio da USAID. Aqui, já não se tratava do servilismo dos políticos de 1922, nem da cooperação intelectual de 1935. Essa reforma não foi orquestrada por intelectuais franceses, mas sim pelos financiamentos americanos, sob o patrocínio do autoritarismo militar da ditadura.

A moderna universidade brasileira é filha do regime militar e da tecnocracia norte-americana. Sob esse patrocínio e essa tutela, a universidade brasileira, entre 1964 e 1985, conseguiu dar um enorme salto quantitativo e qualitativo, talvez o maior salto já ocorrido em qualquer país do mundo, na área da educação superior. Era como se quiséssemos recuperar, embora sem liberdade, os quinhentos anos que havíamos perdido. Ocorreu um notável aumento no número de instituições, e também no número de alunos e professores, principalmente em relação aos professores com pós-graduação (mestrado e doutorado). Em 1985, já havia, no Brasil, 37.629 professores universitários com graus de mestre e doutor.

A partir de 1985, a reafirmação da democracia trouxe de volta a liberdade, inclusive o direito de escolha dos dirigentes universitários, com eleição direta para o cargo de reitor. Mas trouxe, também, uma forte restrição de recursos financeiros, chegando ao ponto do abandono da universidade pública pelo poder público. A universidade federal chega a 2003 praticamente falida. Nestes quase vinte anos, cada avanço, cada conquista, cada melhoria e crescimento foi resultado da árdua luta de professores, alunos e servidores contra o poder público, em mais de trezentos dias de greves nos anos letivos de 1985 e 2002. Sem essas greves, é possível que as universidades federais já tivessem fechado suas portas, por abandono, mas as conseqüências dessas greves foram extremamente desgastantes, desmoralizando a universidade perante a opinião pública e esgarçando a trama de relações sociais entre estudantes, professores e funcionários.

Nesse mesmo período, ocorreu uma mudança do perfil da universidade brasileira, que passou de entidade pública a entidade preponderantemente privada. Houve um surpreendente crescimento do setor privado e uma inesperada inte-

rriorização da universidade estatal, voltada, na sua luta pela sobrevivência, para a defesa dos próprios interesses. A universidade privatizou-se de duas formas: a predominância das instituições privadas no número total de alunos e a perda de um projeto social nacional por parte das universidades públicas.

A universidade brasileira privatizou-se em razão de um círculo vicioso: faltavam recursos públicos para financiá-la, causando a deterioração das instalações, dos equipamentos e dos salários, o que, por sua vez, levou à realização de greves que visavam a resgatá-la dessa situação. Como conseqüência, aumentou a oferta das universidades particulares. Simultaneamente, ocorria o aumento do descontentamento e da desmoralização. Agravando tudo isso, a falta de um projeto nacional em um país que acabava de sair do desenvolvimentismo para ingressar no neoliberalismo, passando do protecionismo para a abertura, da inflação sem controle destinada a financiar os gastos públicos para o rígido controle desses gastos públicos por organismos internacionais. Some-se a isso a perda da mística nacional em relação ao futuro, e todas as condições estavam colocadas para a grande crise da universidade brasileira. E, além de tudo, havia o agravante da crise maior da própria instituição no nível mundial, já mencionada anteriormente.

Lado a lado com o fato positivo de seu crescimento total e da capacidade de resistência heróica demonstrada pela universidade pública, o começo do século XXI mostra uma universidade cuja qualidade é questionável, e é caracterizada por um grande ativismo corporativo aliado a uma lamentável desmotivação acadêmica, por intensas mobilizações alienadas dos interesses da população como um todo e pela forte crise de identidade da própria instituição universitária, que vem ocorrendo por todo o mundo. Simultaneamente, a universidade brasileira tem, a seu favor, a ânsia de estudar e aprender dos jovens que saem do ensino médio, que se manifesta agora com uma intensidade nunca antes vista.

Esse é o quadro, ao mesmo tempo adverso e estimulante, em que o Brasil e sua universidade ingressam no novo século. Temos agora um governo historicamente comprometido com a transformação da universidade numa instituição de ponta, em termos mundiais. Para tal, será necessário:

- atender às necessidades emergenciais de uma instituição heróica, mas abandonada;
- organizar um sistema universitário que se tornou caótico devido ao crescimento descontrolado do setor privado, simultâneo ao encolhimento do setor público; e
- refundar a universidade segundo as exigências do momento histórico pelo qual passa a humanidade.

1. REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

Nos últimos anos, as universidades brasileiras passaram por rápido e surpreendente crescimento, especialmente no tocante às instituições privadas.

	Número	
	1985	2001
Universidades e Instituições de Ensino Superior:		
Pública	233.....	183
Privada	626.....	1,208
Total	859.....	1,391
Estudantes:		
Pública	556,680.....	939,225
Privada	810,929.....	2,091,529
Total	1,367,609.....	3,030,754
Professores:		
Pública	64,449.....	90,950
Privada	49,010.....	128,997
Total	113,459.....	219,947

Mas esse crescimento foi desordenado, exigindo agora imediata reorganização. Não se trata, aqui, de dar soluções emergenciais que se apliquem principalmente às universidades públicas, mas sim de reordenar todo o sistema universitário brasileiro.

O Sistema universitário brasileiro

Apesar da criação do sistema universitário federal brasileiro, que teve início em 1968 e foi reafirmado em 1985, com a implantação da isonomia total e a criação de um sistema comum de avaliação, a universidade brasileira ainda não é um sistema. Um conjunto de normas tem de ser formulado para regular esse sistema, aplicando-se a todas as universidades, públicas ou privadas, e incorporando todas as entidades que fazem parte do sistema de produção de conhecimento superior, como institutos de pesquisas, empresas, hospitais, repartições públicas e entidades de formação profissional de nível superior.

O sistema universitário brasileiro deve atuar no sentido de garantir autonomia a cada entidade, devendo, entretanto, criar um conjunto harmônico, capaz de funcionar com sinergia, evitando as dispersões características do momento atual.

Regularização de transferências

Num mundo já globalizado como o nosso, em que cada universidade deveria ser parte de um todo universal, a universidade brasileira ainda não estabeleceu um diálogo, no que se refere à transferência de alunos. Num tempo em que já se discute a possibilidade de um aluno fazer cursos em diferentes instituições ao mesmo tempo, trocar de universidade ainda é difícil para ele. Essa dificuldade não se deve aos exames vestibulares, mas sim à incompatibilidade de currículos.

Ampliação de vagas

Apesar de as vagas terem aumentado no conjunto das universidades brasileiras, seu número ainda é muito pequeno em relação à demanda já existente. A universidade brasileira terá de, ao longo dos próximos dez anos, ampliar o número de vagas, com a meta de, no mínimo, dobrar o número de alunos. Para tal, além de recursos adicionais, ela precisará mudar seus sistemas de ensino, de maneira a adotar, cada vez mais, os sistemas de ensino a distância.

Cotas para grupos étnicos e escolas públicas

Num país em que metade da população é de origem africana, não há justificativa moral para a existência de uma elite branca. Essa realidade deveu-se, principalmente, ao abandono sofrido pelo ensino público básico no Brasil e ao número reduzido de jovens que conseguem concluir o ensino médio: ao excluir os pobres do ensino médio, a sociedade brasileira exclui, sobretudo, os negros. A solução para a imoralidade da branquitude da elite brasileira está no investimento maciço na universalização e na qualificação do ensino básico. Até que isso seja feito, a universidade terá de dar sua colaboração para mudar a vergonhosa situação de um país cuja maioria da população é negra, mas que tem pouquíssimos negros matriculados na universidade. Por servir como um trampolim para chegar à elite, a universidade é responsável por esse desvio moral que vem manchando a sociedade brasileira nesses cento e quinze anos que se passaram desde a abolição da escravatura. Por esta razão, nada é mais correto do que ampliar o número de alunos negros.

Isso não vai tornar a universidade socialmente mais justa, uma vez que apenas os negros de classe média e rica serão beneficiados, mas vai fazer da universidade uma instituição que colabora para mudar a mancha branca da elite brasileira. Para que as cotas étnicas possam desempenhar um papel social, além de racial, as cotas

para estudantes negros deveriam beneficiar apenas os jovens que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Com isso, ainda não estaríamos beneficiando os pobres que, no Brasil, raramente completam a oitava série do ensino fundamental e, quase nunca, o ensino médio, mas estaríamos conferindo algum benefício social às classes médias baixas.

Criação de novas fontes de recursos

A universidade brasileira passa hoje por uma grave crise financeira: as universidades públicas não contam com o apoio do governo e as universidades particulares sofrem com altos índices de inadimplência, e seus alunos mal conseguem pagar as mensalidades cobradas.

O Brasil não pode abrir mão do compromisso com a gratuidade do ensino em todos os níveis, inclusive o superior. O fato de que 75% dos estudantes universitários estão em escolas particulares não pode ser ignorado, e o país não pode continuar dependente do tradicional orçamento governamental para financiar os 25% restantes, que estudam nas instituições públicas. Se continuarmos nesse rumo, a universidade pública será transformada num minúsculo apêndice no sistema universitário brasileiro. Se, nos próximos dez anos, o ritmo das matrículas em universidades particulares e públicas se mantiver, o setor público ficará reduzido a apenas 10% do número total de alunos. Esse cenário não será positivo para o futuro do Brasil, nem de sua ciência e de sua tecnologia.

As universidades brasileiras devem dispor de fontes de financiamento que lhes assegurem um funcionamento sem crises, sem necessidade de recorrer a greves e solidamente embasado na democracia, na eficiência, na ética, tanto em relação à fonte quanto ao uso desses recursos. Todas as fontes devem ser consideradas, tanto as de origem pública quanto as privadas; tanto as oriundas dos recursos gerais do tesouro quanto as contribuições especificamente vinculadas; tanto os fundos especiais como os de vinculação permanente, iguais aos que hoje financiam as universidades estaduais de São Paulo.

Avaliação de todas as instituições

A criação de um sistema de avaliação foi um dos avanços do conjunto das universidades brasileiras, embora, nos últimos anos, esse sistema tenha sido ainda imperfeito e incompleto. A reorganização das universidades brasileiras vai exigir a formulação de um novo sistema de avaliação, que permita muito mais do que classificá-las como em um campeonato. O objetivo desse novo sistema deverá ser o de identificar as qualidades e os pontos fracos das universidades, a fim de capacitá-las a desempenhar o papel que a sociedade delas espera.

O crescimento do número de instituições de ensino não pode ser visto como negativo. Quanto maior for o número de escolas de todos os níveis, melhor, desde que elas realmente sejam capazes de atender às necessidades de conhecimento superior da sociedade e de promoção social dos alunos, no país e na cidade onde se situam. Entretanto, não foi isso que ocorreu com as instituições particulares de ensino surgidas nos últimos anos.

É obrigação do setor público impedir que empresários vendam como genuínos diplomas que são falsos passaportes para o sucesso. É do interesse de todo o sistema, especialmente das próprias universidades e de seus alunos, que essas instituições sejam avaliadas, evidenciando assim os seus resultados positivos, juntamente com seus possíveis aspectos negativos. Os alunos têm o direito de conhecer o valor dos diplomas que eles recebem em troca do pagamento de mensalidades, e a sociedade tem o direito de saber que tipo de profissionais os egressos das universidades podem vir a se tornar.

O governo pretende coordenar a avaliação de todas as universidades, em cooperação com o próprio setor, por acreditar que é de interesse de todos a avaliação do potencial de cada instituição. Essa avaliação deve ser pública, e as informações relativas a ela devem ser amplamente divulgadas. Ela deve, também, ser participativa, no sentido de ouvir a comunidade; corretiva, servindo para aperfeiçoar a instituição e o sistema; e ampla, não se limitando a avaliar apenas alguns aspectos da universidade.

Liberdade planejada

O Estado não deve limitar o número de entidades que se proponham a oferecer serviços educacionais. Entretanto, a regulamentação pública é imperativa, e as novas universidades e centros universitários deverão se submeter a essas regras. Além das avaliações periódicas, o governo vem pensando em definir as localizações e os campos de especialização para os quais as novas universidades devem ser atraídas, e selecionar as novas universidades regulares com base em licitação. As autorizações seriam concedidas àquelas que melhor atendessem aos objetivos buscados pelo setor público, como qualificação dos professores, relação professor/aluno, número de bolsas de estudos a serem concedidas, valor das mensalidades e adoção de sistemas de cotas para grupos étnicos.

Universidades livres

Além das universidades regulares, o governo deve incentivar a criação de universidades livres, cujos diplomas não são reconhecidos pelo Estado. Quanto maior o número dessas universidades livres, melhor para a vida intelectual do país. Embora sem gerar a ilusão do diploma regular, é possível que alguns desses centros acabem por despertar respeito, graças aos méritos de seus profissionais.

2. AUTONOMIA PARA MUDAR OU NÃO MUDAR

É necessário, hoje, discutir o papel da universidade dentro da própria universidade. Esse debate é muito mais importante até mesmo que os debates sobre a crise que vem afetando essas instituições.

A universidade tem de lutar para evitar os pequenos problemas, como as goteiras em seus telhados. Mas não basta resolver esses pequenos problemas sem dar atenção ao quadro mais amplo.

Da mesma forma que, acima, apresentei o que o governo pensa em fazer para ajudar a universidade a superar seus problemas, darei agora minha própria contribuição – mais como um apaixonado pensador da universidade do que como ministro – para o debate sobre o céu que ameaça derrubar o telhado, mesmo que todas as goteiras tenham sido consertadas.

O governo não vai impor reformas. A universidade tem de ter autonomia, mesmo que isso signifique que ela venha a optar por seguir o rumo tradicional, ignorando as mudanças que ocorrem a seu redor. Autonomia significa fazer o que parece certo, tanto quanto o que parece errado, e o governo considera que é melhor respeitar o velho e fundamental princípio da autonomia do que impor reformas vindas de fora, mesmo que essas reformas estejam corretas.

No entanto, é dever do Ministério, e principalmente do Ministro da Educação, incentivar, nas universidades, o debate interno, a fim de promover as reformas que eles julgam corretas e que gostariam de ver acontecer.

O princípio da autonomia não deve ser quebrado, mas também não deve ser usado como escudo de proteção para os ministros que sofram de covardia intelectual ou de oportunismo político.

Por essas duas razões, proponho aqui as linhas gerais do que imagino poderão ser as reformas necessárias à refundação da universidade brasileira, caso elas sejam adotadas nas universidades, após o longo debate que se fará necessário.

3. A REFUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

As universidades nasceram porque os mosteiros medievais se recusaram a mudar. Ao optarem por manter a mesma estrutura, os mesmos métodos, os mesmos requisitos de ingresso e de permanência, quando fora de seus muros vinha surgindo um mundo de idéias novas querendo avançar, e de novos costumes querendo se impor, os mosteiros religiosos provocaram o surgimento da universidade. Se eles tivessem se reformado para

servir ao conhecimento laico e à promoção da lógica e da ciência, os mosteiros teriam sobrevivido como centros do saber, e as universidades não teriam surgido.

Também a própria Igreja Católica, caso tivesse a intenção e a capacidade de entender as mensagens recebidas por séculos a fio sobre a necessidade de se adaptar aos novos tempos, teria evitado a Reforma Protestante do século XVI. Foi, sobretudo, por ter insistido na infalibilidade de suas interpretações, na perfeição de suas instituições e no rigor de seus rituais que ela veio a provocar o surgimento do grande movimento evangelizador que fez surgir uma outra religião dentro dos mesmos princípios cristãos. O mesmo pode ocorrer com a universidade, de uma forma ou de outra: ela pode ou vir a ser substituída por outras instituições que, de fora, estão exigindo que ela mude, ou ela pode transformar-se a si própria. Essa transformação implicaria a ampliação, ainda maior, de seus princípios fundamentais, por meio do avanço do conhecimento superior, criando instrumentos para libertar a humanidade, aumentar a riqueza, tanto a material quanto a intelectual, ampliar o horizonte social de igualdade de oportunidade, incluindo a todos, principalmente os jovens, independentemente de classe, raça, gênero e lugar de nascimento.

Ao longo de seus oito séculos e meio de existência, a universidade foi refundada por algumas vezes. Uma entidade secular só consegue sobreviver se houver uma razão muito forte para sua existência e, ao mesmo tempo, se ela possuir uma forte capacidade para se transformar e se adaptar às exigências de cada momento histórico. Os exércitos, mais antigos que as universidades, mantendo o compromisso maior de defender seus países, passaram por inúmeras transformações ao longo da história. As igrejas, por outro lado, tendem a resistir às mudanças, insistindo em manter seus dogmas intactos, provocando, assim, cismas e dissidências. Elas preferem romper sua unidade a ter de se refundar.

Por ser autônoma e não ter dogmas, a universidade, mais que qualquer outra instituição, tem a obrigação de refundar-se a si própria, sempre que necessário.

A refundação por que passou a universidade brasileira ocorreu em fins da década de 60 do século XX, sob os auspícios dos militares e da influência americana, por meio do acordo MEC-USAID. Desde essa época até o começo do século XXI:

- o regime militar chegou ao fim;
- não houve censura oficial a qualquer forma de atividade intelectual;
- o Brasil tornou-se democrático, chegando até mesmo a eleger um presidente metalúrgico, proveniente de um partido nitidamente de esquerda;
- as universidades foram reorganizadas em segmentos corporativos que, rapidamente, descobriram possuir um poder que, alguns anos antes, seria inimaginável, e usaram esse poder com uma intensidade que os governos e a sociedade jamais suspeitaram ser possível;
- há eleições diretas para reitor;

- as bandeiras de luta pelas utopias do século anterior desapareceram ou se instrumentalizaram em mãos de uns poucos militantes;
- o crescimento econômico passou a provocar desemprego, ao invés de gerar empregos. Um número menor de pessoas tem hoje acesso aos produtos industrializados, cuja produção passou a ser mais lucrativa devido aos preços mais altos, e não porque eles tenham se tornado mais acessíveis a um maior número de consumidores;
- pela primeira vez na história, os jovens passaram a ter a perspectiva de uma vida mais difícil, em termos econômicos, do que a que tiveram seus pais;
- os jovens foram abandonados, transformando-se nos órfãos do neoliberalismo;
- parte da juventude passou a usar drogas, a fim de preencher o vazio causado pela falta de bandeiras de luta e de oportunidades de enriquecimento pessoal, quer econômico, intelectual ou espiritual;
- a ciência passou pela mais radical de suas revoluções, com o surgimento da biotecnologia, da engenharia genética, da informática e da microeletrônica;
- novos campos do conhecimento surgiram e continuam a surgir no mundo do conhecimento;
- outros se tornaram obsoletos, desaparecendo na mesma velocidade;
- a duração das verdades científicas e, mais ainda, da eficiência das técnicas tornou-se cada vez mais curta;
- o mundo globalizou-se. As informações são agora distribuídas instantaneamente, o poder econômico concentrou-se nas mãos dos poucos donos do planeta, e os produtos e técnicas chegam simultaneamente a todas as partes do mundo;
- uma única e indiscutível potência nacional assumiu a consciência de seu poderio, de seu papel, de sua ambição e de sua função de polícia do mundo, com o fim de forçar todos os povos a adotar seus princípios de democracia política e de liberalismo econômico, e até mesmo seus valores religiosos;
- o Muro de Berlim foi derrubado;
- o mapa do mundo está sendo redesenhado;
- armas inteligentes passaram a ser usadas nas guerras;
- os pobres do mundo, especialmente na África, foram abandonados pelos donos do poder mundial, sendo deixados à margem não apenas do progresso, mas até mesmo da esperança;
- por todo o mundo e internamente a cada país, o sistema social reconheceu a realidade da exclusão, aceitando a divisão da sociedade, em vez de propor a distribuição da riqueza;
- os costumes mudaram por toda parte, afetando a todos, mas principalmente os jovens, sobretudo no tocante à sexualidade;
- as minorias passaram a ter seus direitos reconhecidos, em especial as mulheres, os homossexuais, os grupos indígenas, os negros;
- a cultura se universalizou, mas a diversidade cultural é agora reconhecida como um direito;
- o fundamentalismo, seja religioso ou econômico, é agora adquirido por meio da força;

- os norte-americanos, pela primeira vez, foram derrotados em campo de batalha, na longa guerra no Vietnã. Posteriormente, contudo, eles travaram uma série de guerras curtas e vitoriosas, submetendo o mundo ao seu controle;
- os problemas locais se universalizaram, assumindo dimensões catastróficas, tais como o uso de drogas, o poder do narcotráfico, as armas do terrorismo, a disseminação de doenças, o poder do sistema financeiro.

Apesar de tudo isso, a universidade, em todo o mundo, pouco mudou em relação a seus aspectos fundamentais.

Número de vagas e formas de admissão

O atual governo assumiu o firme compromisso de, até 2010, possibilitar a conclusão do ensino médio para todos os jovens brasileiros. Essa nova situação irá gerar uma forte pressão por mais vagas nas universidades. As universidades públicas, em especial, terão de duplicar, nos próximos cinco anos, o número de vagas oferecidas por elas. Isso não será possível, caso o exame vestibular seja mantido como forma de ingresso, uma vez que ele funciona mais como uma barreira que como processo de seleção justa dos alunos mais capacitados. A multiplicação dos bancos escolares também não será uma solução, pois provocaria a queda da qualidade de ensino já alcançada pela universidade.

O caminho que propomos possui quatro vertentes:

- considerar a possibilidade de adoção da educação a distância para alunos de graduação, sem fazer distinções entre esses diplomas e os obtidos por meio de presença às aulas. Essa seria uma forma de aumentar as vagas sem prejuízo da qualidade do trabalho dos professores que se dedicam à pesquisa;
- considerar a adoção de sistemas de seleção que têm lugar dentro da própria escola secundária. Esse sistema foi desenvolvido e já vem sendo aplicado pela Universidade de Brasília – UnB, sob o nome de Programa de Avaliação Seriada (PAS). Esse mesmo sistema foi adotado e aperfeiçoado pela Universidade Federal de Santa Maria, com o nome de Programa de Ingresso ao Ensino Superior (PIES) e também pela Universidade Federal da Paraíba, com o nome de Processo Seletivo Seriado (PSS);
- considerar, depois de ouvidos a comunidade e os especialistas no assunto, a concessão de maior peso para as disciplinas português e matemática, uma vez que elas servem de base para o desenvolvimento do conhecimento em todas as áreas;
- considerar a possibilidade de adoção de sistemas de cotas étnicas, a fim de reformular, democratizar e corrigir as desigualdades de oportunidades para os diferentes grupos étnicos, dando maior força à escola pública.

Estrutura

O mundo de hoje já não permite que a universidade continue dividida em departamentos. Os novos campos do conhecimento e o compromisso com a realidade social exigem que seja adotado um enfoque multidisciplinar. Além disso, a disseminação do conhecimento e de sentimentos humanistas entre todos os alunos da universidade não poderá ocorrer se o ensino permanecer limitado às disciplinas oferecidas dentro das amarras do sistema de departamentos.

Sugerimos que a universidade pense na possibilidade de uma mudança de sua estrutura, nas linhas já adotadas, há décadas, por algumas instituições, introduzindo os Núcleos Temáticos e os Núcleos Culturais.

Com esses núcleos, somados aos atuais departamentos, a universidade ganhará uma estrutura matricial tridimensional, que poderá servir de base à formação do profissional em três diferentes níveis: sua área de conhecimento será desenvolvida no departamento específico; seu compromisso social e ético, no Núcleo Temático, e o cultivo e exercício de seu gosto estético se dará nos Núcleos Culturais.

Formação permanente e duração flexível dos cursos

No mundo de hoje, trinta anos após a reforma MEC-USAID, de autoria dos militares, as carreiras tornam-se obsoletas em poucos anos se os profissionais não se dedicarem a um permanente processo de reciclagem de seus conhecimentos. Por essa razão, a universidade deve, urgentemente, examinar a possibilidade de manter um sistema de acompanhamento e formação permanente de seus alunos, que deverá durar até o fim de sua vida profissional. No mundo do futuro, não haverá lugar para ex-alunos; todos serão permanentemente alunos ou não serão profissionais.

O caminho a ser seguido consistirá, basicamente, na criação de diversos sistemas de educação permanente e a distância, para todos os alunos formados pela universidade.

Juntamente com o diploma provisório, o aluno, ao sair, receberá um código de ingresso nos sistemas de educação permanente da universidade. Será possível ao aluno fazer consultas sobre as inovações ocorridas na sua área de conhecimento, obter informações sobre cursos de reciclagem naquela área e, até mesmo, redirecionar seu campo de estudo, de profissão e de especialização, de acordo com a evolução do conhecimento.

A universidade deve-se converter numa presença permanente na vida de seus formandos, que devem continuar sendo alunos. Deve também ser examinada a possibili-

dade de flexibilizar os horários de permanência do aluno no campus, ao longo de toda a sua vida acadêmica. Se os alunos podem-se manter em contato permanente com sua universidade, sua presença física no campus não precisará ser tão longa quanto é hoje.

Com todas as invenções modernas nos meios de comunicação e nos instrumentos pedagógicos, não é possível que a universidade continue precisando, hoje, do mesmo tempo para formar um profissional que precisava há cem anos, quando essas carreiras foram criadas. A universidade não pode continuar ignorando a realidade dos novos métodos e instrumentos de ensino e tem de examinar seriamente a possibilidade de reduzir o tempo necessário para a formação de alunos, se não em todos, pelo menos em muitos de seus cursos.

Ligação com a sociedade

A ligação da universidade com a população não se dará por meio da universalização do ingresso, que beneficiaria apenas os que conseguissem concluir o ensino médio e levaria a uma queda na qualidade. A extensão universitária também não é a solução, pois, embora com honrosas exceções, ela se transformou numa espécie de assistencialismo.

O atual governo brasileiro quer passar do assistencialismo à abolição. Não é fazendo assistencialismo que a universidade se aproximará da população, mas sim efetuando uma reforma que lhe permita levar em conta os problemas da sociedade em geral e participar de sua transformação, por meio de:

- um firme compromisso para com a qualidade, em todas as áreas. Se o país mantém uma universidade, ele deve poder-se orgulhar dela e da qualidade de seu produto, representado pelos profissionais e por seu trabalho. O objetivo é tornar o mundo um lugar mais belo, eficiente e justo;
- os currículos dos cursos das áreas técnicas – aquelas que transformam o mundo, como, por exemplo, a Medicina, a Engenharia, a Arquitetura e a Economia – têm de passar por reformas, de modo a adaptar seus princípios à ética de um mundo mais justo, do qual um número cada vez maior de pessoas possa se beneficiar, independentemente da renda, do gênero, da raça, do local de nascimento;
- a universidade tem de ter participação nas atividades políticas da sociedade, o que não pode se dar internamente à produção do conhecimento em si, que deve ser livre, mas por intermédio dos diversos tipos de práticas de mobilização.

Diferentemente das instituições de ensino superior do século XIX, que fecharam os olhos ao abolicionismo e se dedicaram a ensinar formas de manter intacta a escravidão, o atual governo brasileiro vê a universidade do século XXI como um dos motores para a consecução da tarefa de Abolir a Pobreza e Construir a República, iniciada há cento e quinze anos e jamais concluída por uma elite reacionária, aristocrática, que desprezava o povo e que cooptou a universidade.

Fontes de financiamento

Nos últimos anos, os principais debates estiveram sempre vinculados ao problema do financiamento, questionando muito menos a própria universidade (o seu existir) do que as maneiras de financiá-la. As universidades queriam para si mais recursos do governo, maiores salários e mais verbas, embora sem permitir o aumento das mensalidades e concedendo subsídios. A universidade tem de ser discutida na profundidade de sua crise, mas os debates sobre o financiamento têm de continuar. A universidade do século XXI tem de ter clareza sobre quem paga pelo ensino de nível superior e o que deve receber em troca daquele que paga.

O governo tem toda clareza de que a privatização da universidade está fora de questão, como também a idéia de pôr fim à sua gratuidade. Na verdade, o governo gostaria que todo o ensino superior fosse gratuito no Brasil, caso isso fosse financeiramente possível, uma vez que ele é de importância ainda mais essencial para o país do que para o aluno. Mas, atualmente, essa possibilidade ainda não existe.

Até que ela venha a existir, contudo, o governo pretende, juntamente com a comunidade acadêmica, encontrar formas de financiamento alternativo para os alunos das universidades particulares e, também, de financiamento das atividades acadêmicas nas universidades públicas, tais como:

- aumentar o número dos alunos que recebem bolsas do governo para estudar nas universidades particulares, por meio do Programa de Apoio ao Estudante, lançado para ampliar o FIES e conceder bolsas sem necessidade de pagamento financeiro;
- regularizar as fontes alternativas de financiamento das universidades públicas, pela total transparência de sua administração e a aplicação de processos decisórios democráticos e autônomos;
- considerar a possibilidade de transformar os alunos das universidades particulares em co-proprietários dos estabelecimentos em que estudam.

Prioridades de temas

O Brasil e o mundo mudaram, continuam mudando e irão mudar ainda mais no futuro. Se não percebermos esse fato, não tardará muito para que muitos de nossos temas de estudo estejam superados, sem que novos temas sejam examinados. Ao longo dos últimos anos, demos muita importância aos planos anuais de administração e nenhuma aos planos decenais de atividades acadêmicas. A universidade tem de gerenciar mais do que recursos, ela tem de gerenciar o conhecimento e tem de ter consciência do risco de insistir em conhecimentos que se tornaram obsoletos e ignorar os conhecimentos que apontam para o futuro, de modo a compatibilizar o ensino com as necessidades éticas, sociais, epistemológicas e econômicas desse futuro.

Publicização do ensino

A reforma da universidade, realizada durante o regime militar, incutiu a idéia de que a universidade é propriedade do Estado, seu dono, e não do país, de seus alunos e da sociedade como um todo. Durante o regime militar, o Estado demitia, prendia e financiava suas universidades como bem entendia. Com a chegada da democracia, os ditadores foram substituídos pelos professores e servidores, ou por ministros. A autonomia passou a ser entendida como a troca de proprietário, transferindo-se dos quartéis militares para as salas de reuniões dos professores e servidores administrativos, ou para os gabinetes dos ministros. Nestes quase vinte anos, pouca coisa realmente radical foi feita no sentido de levar em conta as reais exigências e necessidades da sociedade civil, e até mesmo dos alunos.

A democratização da universidade trouxe as eleições diretas, muitas vezes com participação reduzida do corpo discente, ou por desinteresse ou porque a capacidade dos alunos de participar do processo de escolha era subestimada por muitos. Nos conselhos universitários, os alunos têm participação mínima ou nenhuma; os ex-alunos nunca são consultados e ainda menos os representantes da sociedade civil como um todo, salvo em raríssimas exceções, que mais parecem a encenação de uma falsa gestão participativa.

O rápido aumento do patrimônio de muitas universidades, graças às mensalidades pagas pelos alunos ou ao apoio público, tem levado a sociedade, em geral, e os estudantes, em particular, a criticarem aquilo que deveria ser visto como positivo: o crescimento de uma universidade.

Recentemente, por ocasião da inauguração de uma biblioteca numa universidade particular, o que deveria ser visto como um feito louvável, numa época em que o Estado não vem cumprindo com suas obrigações de ampliar as bibliotecas das universidades públicas, um aluno comentou: "Eles construíram tudo isto com o dinheiro de nossas mensalidades e depois usarão esta biblioteca para justificar o aumento das mensalidades para os futuros alunos". Os alunos das universidades particulares, com raras exceções, sentem-se tão desengajados de suas instituições quanto da sociedade em geral.

O Brasil precisa criar o conceito de alma mater, o amor que a sociedade e, principalmente, os ex-alunos têm por suas universidades. A única maneira de incentivar a criação dessa idéia é ampliar o sentimento de que a universidade pertence a todos.

A maneira de alcançá-lo é incentivar o envolvimento da sociedade, dos alunos e dos ex-alunos nas decisões da universidade. E, sobretudo, pela criação do conceito de que a instituição pertence à sociedade, e não a um Estado distante ou a um dono único.

No caso das universidades estatais, o caminho é chamar alunos e ex-alunos a participar nas decisões e nas responsabilidades da comunidade. O reitor é o líder intelectual e administrativo da instituição, não o representante do Estado. Nas universidades particulares, é também necessário separar a figura do dono da figura do líder acadêmico: o dono é o proprietário do prédio, o reitor é o coordenador das atividades acadêmicas. O primeiro compra ou herda, enquanto o segundo tem de ser eleito pela comunidade.

Relação com o ensino básico

Apesar de serem da responsabilidade de um mesmo ministério, a relação das universidades com o ensino básico tem sido muito mais restrita do que deveria, num país em que a realidade educacional é tão trágica. A universidade brasileira tem de ser parte integrante do processo de educação do povo brasileiro, a começar do ensino básico, e não apenas de seus próprios alunos no ensino superior.

A universidade pode ser o elemento dinâmico, por excelência, do ensino básico, se:

- participar dos programas de reciclagem de professores;
- der preferência aos professores, por meio de um sistema de cotas, quando estes prestam vestibular;
- ampliar as vagas em cursos de licenciatura;
- ampliar as vagas nos cursos de pedagogia;
- reduzir as mensalidades para professores;
- criar cursos para especialização em técnicas de alfabetização, tanto de adultos quanto de crianças;
- em todos os demais cursos, como Arquitetura, Nutrição, Economia, Filosofia, História, considerar seu papel na educação como objetivo dos estudos.

Relação com a saúde pública e os demais setores sociais

Da mesma forma que a universidade tem responsabilidades para com a escola pública, ela as tem também para com a saúde pública. Parte dos currículos dos cursos relacionados à área médica deve-se centrar em estudos relativos à medicina e à odontologia preventivas e sociais. Os cursos de engenharia civil poderiam contribuir com tecnologias relacionadas ao abastecimento d'água e aos sistemas de esgoto.

O setor de transporte poderia se orientar para transporte público. Todos os campos do conhecimento podem dar sua contribuição. Como já acontece em alguns casos, os cursos de comunicação poderiam deixar de lado os meios de comunicação tradicionais e ensinar a seus alunos técnicas de comunicação para as massas.

Compromissos sociais imediatos

Além de oferecer uma formação voltada para o objetivo de construir um país sem pobreza, é necessário que a universidade se envolva, também, nos compromissos sociais imediatos da sociedade brasileira, como a alfabetização de adultos. A meta de erradicar o analfabetismo em apenas quatro anos seria facilmente cumprida, se apenas 3% dos alunos das universidades trabalhassem como alfabetizadores. Se todos os universitários trabalhassem na alfabetização durante quatro anos, o Brasil poderia ensinar um número 30 vezes maior de pessoas a ler e escrever – 120 milhões de analfabetos, ou 15% do total dos analfabetos do mundo. Se cada universitário dedicasse oito horas semanais ao trabalho de alfabetização, durante um único semestre, apenas 24% dos universitários seriam o bastante para que, em quatro anos, o analfabetismo fosse erradicado. Isso não é pedir muito.

Se isso não for feito, dentro de algumas décadas, quando for escrita a história da campanha pela alfabetização do Brasil nos anos 2003-2006, será dito de nossos universitários atuais o que hoje dizemos dos universitários do século XIX: que nos alienamos frente a um dos problemas sociais mais dramáticos de nosso tempo, da mesma forma que eles se alienaram frente à escravidão.

Compromissos com o futuro nacional

O mundo se encontra numa encruzilhada, e o Brasil está bem no centro dela. O futuro de nosso país é incerto, não apenas pela falta de investimento social e pela divisão interna, mas devido, também, em razão do cenário internacional. A universidade tem um papel fundamental a desempenhar para ajudar o Brasil na construção de seu futuro em relação ao resto do mundo, da seguinte forma:

- criar as bases científicas e tecnológicas necessárias para enfrentar o futuro;
- compreender as relações internacionais, num mundo em que existe hoje uma única grande potência;
- compreender a realidade de um mundo globalizado, onde há exclusão e divisão;
- contribuir na definição de formas de defesa de nossa soberania num mundo globalizado.

Conhecimentos futuros

Para ser instrumento do futuro, a universidade de hoje tem de definir quais conhecimentos serão necessários ao mundo, nesse futuro. A universidade, juntamente com a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, tem a capacidade de, dentro de poucos meses, definir os conhecimentos do futuro, nos quais deveríamos investir desde já, para que o Brasil esteja preparado para comemorar o segundo centenário de sua independência em 2022.

Com base nessa definição, a universidade tem de ir mais adiante, redefinindo as carreiras nas quais devemos investir mais e as que devem receber menos investimentos, uma vez que, em breve, estarão superadas pela dinâmica do avanço do conhecimento e da demanda de conhecimento. E, sobretudo, temos de definir quais carreiras são permanentes, por servirem aos valores fundamentais do humanismo.

Globalização, regionalização, nacionalização

Por ocasião da última reforma, realizada pelos militares, o Brasil tinha ainda a pretensão de possuir um projeto nacional independente do cenário mundial. Apesar do tradicional alinhamento com os Estados Unidos e do apoio recebido da USAID para a reforma e, acima de tudo, do apoio norte-americano para o ambicioso programa de formação de pós-graduação, que representou uma mudança positiva para a realidade do ensino superior brasileiro, o sonho de um projeto nacional continuava vivo. Hoje, a universidade brasileira não pode ignorar o fato de fazer parte de um projeto global.

O saber universitário, hoje em dia, já não cabe dentro das fronteiras de país algum. E a universidade brasileira tem de fazer parte do saber internacional, tanto em termos de suas qualidades quanto de seus temas.

Mas, a universidade tem de alcançar o objetivo de ser global e, ao mesmo tempo, ser também nacional. Ela deve manter vivos os compromissos e as especificidades do Brasil, entendendo quais conhecimentos específicos são necessários ao país.

Além disso, cada universidade, individualmente, deve reconhecer a importância do seu entorno imediato, tendo, portanto, de se regionalizar, ao mesmo tempo em que se globaliza.

A definição do sistema universitário brasileiro

Nossas universidades, apesar dos esforços do Conselho de Reitores Universitários do Brasil – CRUB e de outras entidades representativas, como o Conselho Nacional de Educação – CNE, e da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, formam um conjunto que não possui a clareza de um sistema integrado. O governo irá apresentar uma proposta de criação do sistema universitário brasileiro, idéia essa que será discutida com a comunidade acadêmica, mostrando as inter-relações e a interdependência de seus diversos componentes, sua interação com o sistema de desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura em geral e evidenciando, também, a relação entre a universidade e setor privado e as instituições governamentais.

Esse sistema universitário brasileiro possibilitará que seja definido, com maior clareza, o futuro da construção do saber superior no Brasil, ao longo das próximas décadas do século XXI.

Democratização e eficiência administrativa

O governo pretende propor à comunidade acadêmica a democratização das relações entre o sistema universitário e a sociedade, bem como as regras para a democratização de cada instituição universitária, tanto no que se refere à gestão, às relações sociais, às fontes de financiamento, à eficiência administrativa e às relações internas de cada unidade com seus alunos, como também no que se refere à sociedade e ao povo brasileiro como um todo.

A universidade tem de servir a todos. Servir a todos não significa que todos tenham acesso à universidade, mas fazer com que os profissionais universitários sirvam a todos. A universidade tem de ser a elite da força de trabalho, a serviço de toda a população. O fato de a universidade resistir às mudanças de seus cursos e de sua estrutura faz com que muitos dos seus membros, demagogicamente, defendam a ilusão do ingresso universal, quando deveriam estar defendendo a universalização do trabalho dos professores universitários.

III – UMA CONCLUSÃO – SETE APELOS

A universidade é um portal da esperança, por nos permitir compreender a encruzilhada com a qual nos defrontamos em meio a nosso processo civilizatório. Um dos caminhos leva a um mundo unido, enquanto o outro conduz a um mundo socialmente cindido. Temos de conceber idéias para a criação de um futuro melhor, que venha a beneficiar toda a humanidade, com uma globalização que não inclua a exclusão social.

Um apelo às universidades dos países mais ricos

Este é um apelo às universidades dos países com rendas per capita mais altas, os chamados países ricos, para que elas assumam, na prática, a globalização. Por favor, não façam isso apenas exportando produtos e idéias, mas também importando engajamento. Façam mais do que desenvolver técnicas, desenvolvam, também, maneiras de converter a ética numa parte essencial do compromisso para com um mundo melhor. Conheçam com mais profundidade a realidade das universidades africanas e das universidades dos países mais pobres e endividados. Cooperem com a sobrevivência e com a qualidade dos programas de formação oferecidos por essas universidades, e colaborem na criação de uma consciência mundial capaz de interromper nossa bárbara marcha rumo a uma sociedade cindida e alienada, que acabará por separar os seres humanos em dois campos tragicamente opostos.

Um apelo às universidades dos países emergentes

Este é um apelo às universidades dos países emergentes, que já contam com uma massa crítica de pensadores e com centros de ensino superior de peso. Olhem para a pobreza que os cerca. Examinem o risco que correm ao permitir a instalação, em seus países, de sociedades divididas e alienadas. Quebrem o círculo vicioso das reivindicações corporativas e entendam a universidade como parte de uma rede social de seres humanos em busca de um futuro melhor. Comprometam-se a colaborar com a erradicação da pobreza e entendam que, apesar da crise, ainda há muito a ser oferecido a universidades ainda mais pobres, principalmente na África.

Um apelo às universidades dos países pobres

Este é um apelo às universidades dos países mais pobres, principalmente os da África e de alguns países da América Latina. Não percam as esperanças. Apesar das tremendas dificuldades a serem enfrentadas, ainda existe a possibilidade de

uma integração global em termos de conhecimento e de vínculos entre universidades, compensando assim as insuficiências de cada uma por meio da cooperação mútua.

Um apelo aos professores

Este é um apelo aos professores. Percebam que seus métodos de ensino têm de incorporar as imensas possibilidades dos novos equipamentos que permitirão ampliar enormemente o número de alunos atendidos, seja qual for o país em que eles se encontrem. Por favor, aceitem o risco de ser professores num tempo em que o conhecimento muda a cada instante, exigindo dedicação para acompanhar as mudanças contínuas. Aceitem com audácia esse desafio, e sigam rumo à criação de novas maneiras de conhecer, por mais efêmeras que sejam.

Um apelo aos jovens

Este é um apelo aos jovens de hoje. Por favor, assumam o papel que sempre lhes coube ao longo de toda a história. Sejam rebeldes. Isso é de importância fundamental, principalmente no mundo de hoje, no qual, em termos globais e não importa em que país, vocês se converteram nos órfãos do neoliberalismo. Vocês são a primeira geração a se deparar com um futuro menos propício que o que seus pais tinham diante deles. Vocês são a primeira geração para quem um diploma universitário não significa um passaporte automático para o sucesso, e a primeira geração cujo diploma estará obsoleto muito antes de a aposentadoria chegar. Vocês são a primeira geração para quem o admirável mundo novo viu-se transformado no admirável mundo atual, e a primeira geração a não levantar as coloridas bandeiras da utopia. Vocês são também a primeira geração em que os jovens parecem mais egoístas e conservadores que seus pais. Na defesa dos interesses de uma geração, vocês têm o direito à rebeldia. Exijam mudanças nas universidades em que estudam e pratiquem a tradicional generosidade dos jovens. É seu dever rebelar-se, lutando contra a barbárie entranhada no modelo da divisão socioeconômica global. A reforma da universidade não ocorrerá sem a sua mobilização rebelde. São vocês os únicos capazes de se mobilizar pela revolução ou pela reforma. Estamos celebrando os 35 anos de 1968, e fica em nossa boca o gosto de algo inacabado. Esperamos que nossos filhos mais jovens e nossos netos acabem por nos provar que os sonhos podem se tornar realidade.

Um apelo aos governos

Este é um apelo aos governos, tanto dos países ricos quanto dos países pobres. Entendam o quanto é urgente resgatar suas universidades públicas. Apesar de todas as dificuldades financeiras do momento atual, o futuro não pode ser sacrificado, e o futuro de cada país depende diretamente de suas universidades. Por

favor, não permitam que as universidades sejam transformadas em fábricas, nem que o conhecimento se converta em uma mercadoria, que é a prática proposta pelos tecnocratas de algumas instituições internacionais. Aceitá-la significaria trair o que há de mais nobre no projeto humano.

Um apelo à UNESCO

Este apelo é dirigido à UNESCO. Mantenham-se firmes na sua luta pela cultura, pela ciência e pela educação e transformem este encontro num Fórum Permanente para a Defesa da Educação Superior. Peço-lhes que defendam a universidade e façam com que ela mude, adaptando-se a uma realidade na qual o conhecimento é volátil e o ensino paira no ar, onde os diplomas perdem seu valor e a universidade se coloca à distância. Apelo à UNESCO para que o ano de 2004 ou 2005 seja consagrado como o Ano Universal da Universidade, para que tenhamos a ocasião de pensar como deveria ser a universidade do século XXI. Ainda em 2003, peço-lhes que patrocinem um dia em que todas as universidades do mundo interrompam suas atividades para refletir sobre seu futuro. Que esse seja um dia para pensar em novos rumos para a humanidade, um dia em que as universidades discutam maneiras de voltar a ser a vanguarda do conhecimento, e de como auxiliar a UNESCO a implantar a Década da Alfabetização. As universidades poderiam dedicar um dia para pensar em maneiras de erradicar a fome, de tornar o ensino fundamental acessível a todos, de construir a paz, de devolver a seus alunos a garantia de um futuro exitoso e para pensar em como conviver com os novos métodos virtuais de ensino, de escala planetária. Enfim, pensar em como se tornar a universidade da esperança, a universidade do século XXI.

Conselho Editorial da UNESCO no Brasil

Jorge Werthein
Cecília Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Tradução: Patrícia Zimbres
Revisão: DPE Studio
Sugestões: Renato Mariani
Assistente Editorial: Larissa Vieira Leite
Projeto Gráfico: Edson Fogaça



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Representação no Brasil
SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 321 3525
Fax: (55 61) 322 4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org.br